



Governança Democrática, Participação e Solidariedade: Entre a Retórica e a Práxis

Rosinha Machado Carrion y Pedro de Almeida Costa***

Resumen

Cuando grupos con diferentes proyectos políticos, y algunas veces antagónicos, usan los mismos términos para presentar sus respectivas propuestas de acción, como afirma Dagnino, se genera una confusión semántica que dificulta distinguir cuáles son las creencias, los intereses y los valores que efectivamente defienden. El presente artículo, en base a la noción de "Confluencia Perversa", acuñada por ese autor para dar cuenta del fenómeno, presenta los resultados de una investigación realizada con el objetivo de identificar el proyecto político subyacente al programa "Gobernanza Solidaria Local" (PGSL), creado por el poder municipal de la ciudad de Porto Alegre. La investigación empírica ejecutada mediante métodos de observación y análisis de discurso, técnicas de consulta a fuentes secundarias, entrevistas semiestructuradas y de visitas a la sede y del acompañamiento de reuniones de los agentes del poder público, ONGs, y otros actores comunitarios. Los resultados del análisis indican que los términos gobierno local, participación, solidaridad, capital social y otros de similar contenido, que dan sustentación discursiva al PGSL traen incorporada la propuestas liberal del Estado Mínimo; según la cual el papel del Estado debe centrarse en la creación de condiciones propicias para la consolidación de las iniciativas privadas y del régimen de acumulación capitalista en un marco globalizado, abandonando las demás actividades que tradicionalmente realizaba que ofrecen menor valor agregado y no estimulan el interés de los inversionistas.

Palabras clave: Neoliberalismo, política pública, prácticas discursivas.

Recibido: 11-02-10/ Aceptado: 15-07-10

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil. E-mail: kahlo@terra.com.br

** Centro Universitário Feevale. Porto Alegre, Brasil. E-mail: pcosta@cpovo.net

Democratic Governance, Participation and Solidarity: Between Rhetoric and Praxis

Abstract

When groups with different political projects, which are sometimes even antagonistic, use the same terms to present their respective proposals for action, as Dagnino (2004a, 2004b) warns, a semantic confusion is generated making it difficult to discern which beliefs, interests and values are effectively being defended. This article, based on the notion of “perverse confluence” coined by Dagnino in order to conceptualize the above-mentioned phenomenon, presents the results of empirical research conducted to identify the political project underlying the “Local Solidarity Governance Program” (PGSL in Portuguese), authored by the municipal government of Porto Alegre. The research was conducted with the support of observation and discourse analysis methods, and spatially focused on the dynamics of implementing “Solidarity Governance” in the Archipelago region, one of the zones with the lowest Human Development Index (HDI) in Porto Alegre. For data collection, specific techniques were used, such as secondary sources, interviews with community leaders; site visits and follow-up meetings between Government officials, NGOs and other community actors. Analysis results indicate that the terms local governance, participation, solidarity, social capital and others of similar content, which support the PGSL discourse of municipal government in Porto Alegre, have a Liberal State Minimum ideology embedded in them. According to this, it is the role of the state to focus on creating conditions conducive to consolidating private investment and the capitalist accumulation system in a “globalized” manner. Other activities that were traditionally carried out but which do not arouse the interest of capitalist entrepreneurs should be forwarded to organizations of the so-called third sector— private, non-profit organizations, which act on behalf of segments of society.

Key words: Neoliberalism, public policies, discursive practices.

Introdução

Ainda que o sentido das palavras não seja dado pela língua - como nos ensina Pêcheau - nunca, como na atualidade, as palavras se tornaram tão destituídas de significado. Projetos políticos portadores de visões de mundo distintas, quando não antagônicas, se valem dos mesmos termos para expressar suas respectivas propostas. A perda do sentido das palavras e a confusão semântica, que daí decorre, estão na origem do fenômeno da “confluência perversa”, que estaria impedindo o cidadão comum discernir a lógica dos projetos aos quais adere (Dagnino, 2004a).

O campo da Administração Pública Municipal, no Brasil, assim como todo campo - no sentido que lhe atribui Bourdieu - é atravessado pela disputa pelo controle do sentido do discurso, de sorte que palavras como solidariedade, democracia, participação vem sendo apropriadas indiscriminadamente, tanto pelo grupo representativo da corrente liberal, atualmente no controle do Poder Público Municipal na cidade de Porto Alegre, como pela corrente contra-hegemônica, que defende os valores da democracia e autogestão subjacentes ao projeto de uma Economia Solidária.

Dando continuidade à tradição weberiana, Gramsci já apontava que a análise de um projeto político requer que se identifique a intenção subjacente as estratégias de ação. Ou seja, o desnudamento da matriz ideológica que dá sentido a ação.

O presente artigo, que tem por foco a análise do Programa de Governança Solidária Local, em implantação na cidade de Porto Alegre, no sul do Brasil pela Prefeitura Municipal da cidade foi dividido em três partes. A primeira faz uma revisão da noção de governança, que foi tomada como referencial teórico para a análise, uma vez que é utilizada inclusive pelo governo para nominar o referido programa. A segunda descreve o programa, nos termos como ele se auto-apresenta e, finalmente, a terceira traz as análises e considerações preliminares da pesquisa.

I. Governança um Termo Propício à Confusão Semântica

Originário etimologicamente dos vocábulos gregos *kybenan* (incitar, estimular) e *kybernetes* (guia, piloto) e, historicamente associado à noção de "bom governo"¹, o termo governança é resgatado², ao final da década de 1989, pelas grandes agências internacionais de ajuda ao desenvolvimento, financiadas pelo Banco Mundial (Hermet, 2005a), para representar o novo pa-

- 1 Segundo Hermes et ali (2005) já em 1840, o rei Charles-Albert do Piemonte e Sardenha na tentativa de retirar seu reino da situação de marasmo em que se encontrava apontava a governança, ou "bom governo" como a única alternativa possível.
- 2 Nas edições de 1986, do Novo Dicionário Aurélio e, de 1988, do Petit Robert (1988), ou seja, já na segunda metade da década de 1980, o termo governança estava de tal modo ausente do imaginário moderno, que era definido, em ambos os dicionários, por uma única palavra, respectivamente "governar" e "governação".

drão de relações sócio-institucionais decorrentes da revisão das relações Estado, sociedade, capital privado.

Para Kazankzagicil (2005), a governança indicaria um regime de regulação no qual o lugar do político é ocupado pela dominação econômica e o mercado passa a definir e determinar as regras que regem a sociedade. Tal confusão está ligada ao uso que tem sido dado à palavra.

Milani e Solinís (2002) identificam que o termo governança surgiu ligado à teoria da firma, designando coordenações internas e externas que visavam à redução de custos de transação. As reestruturações empresariais criadas como resposta ao declínio do sistema fordista de regulação teriam minado as relações hierarquizadas, substituindo-as por articulações de rede, contexto no qual emerge a designação de governança como regulação das relações que se estabelecem nessas redes de empresas.

O estudo de Fleury e Fleury (2000) sobre a conformação das redes empresariais no Brasil ilustra essa concepção de *governance* como uma estrutura de comando em que uma ou mais firmas coordenam e controlam uma rede de empresas articuladas entre si. Bem entendido que essa forma de arranjo organizacional não suprime as relações hierárquicas que, de acordo com o modelo de organização fordista verticalizada, aconteciam dentro de uma única firma, e passam, nesse modelo, a serem relações pautadas pelas posições de cada firma na cadeia, que por sua vez são determinadas pelo conjunto de competências que cada uma domina. Ou seja, tal idéia de *governance* não implica, necessariamente, numa igualdade de relações e acesso a recursos pelas firmas dentro da rede.

Ainda na esfera organizacional, mais recentemente o termo governança - ou governança corporativa - tem sido usado para designar práticas de transparência da gestão que se alinham a políticas de responsabilidade social empresarial. Tais práticas envolvem o relacionamento da organização com os seus diferentes públicos ou stakeholders, como os acionistas e investidores, a comunidade, os empregados, etc. Neste sentido, a governança diz respeito a estratégias de comunicação com os seus públicos, e, em alguns casos, à ampliação da participação de terceiros na gestão privada, como no caso da profissionalização parcial de alguns conselhos de administração de empresas.

Já na esfera pública, tem sido o usado o termo *boa governança* para designar práticas de organização social, desde a sua adoção pelo Banco Mundial nos anos 1980, nas discussões sobre desenvolvimento e combate à pobreza. Para Bandeira (2000: 40), que traduz o vocábulo *governance* por governância, esta

[...] abrange, portanto, as estruturas institucionais, as políticas, os processos decisórios e as regras formais e informais, relacionadas com temas de

interesse público, que determinam como o poder é exercido, como as decisões são tomadas e como os cidadãos participam do processo decisório.

Tal concepção de governança é produzida na esteira de uma ampliação da participação da sociedade nas decisões de assuntos de interesse público, mas também sobre um discurso neoliberal de esvaziamento e enfraquecimento do Estado como gestor de políticas públicas. O uso do termo governança no âmbito das concepções de desenvolvimento do Banco Mundial refere-se, tão somente, à administração da organização social naqueles aspectos em que a auto-regulação dos mercados não alcança a todos – justamente por estarem fora do mercado, no caso de extrema pobreza – e que o Estado não se mostra capaz de sanar.

Ou seja, esse conceito de governança é encontrado “[...] frequentemente possuindo uma dimensão normativa e prescritiva [...] perfeitamente complementar à regulação pelo mercado global” (Arturi e Oliveira, 2002: 21).

Coronado (2002: 94) igualmente aponta governança com duas acepções, a primeira tradicional, ligada à eficácia administrativa, que, transposta para o campo da gestão pública, implica em avaliação gerencial das políticas públicas e dos seus resultados. A segunda acepção “[...] incorpora o tema da participação cidadã, da chamada sociedade civil, das redes de interesse estratégico agrupadas em instituições ou em fluxos organizacionais que apenas prefiguram instituições, como é o caso das organizações não governamentais”. Enquanto a primeira acepção é tradicional, a segunda vertente

(...) finca sua hipótese sobre o papel democrático ou democratizador que exerce o governo nos assuntos públicos, entendido como mediação de relações entre o Estado e a sociedade, através de instituições, mas também mediante a articulação do poder em rede ou fluxos sociais que apenas prefiguram instituições, ou que nem sequer pretendem se institucionalizar. Por isso, a ênfase metodológica se situa na participação cívica, na construção da cidadania a partir de diversos âmbitos que transitam da escala global à local (...) (Coronado, 2002: 96)

Arturi e Oliveira (2002: 14) falam também em

(...) ampliar a conceituação de governança, até aqui quase que exclusivamente circunscrita ao planejamento e gestão do desenvolvimento econômico, vinculando-a ao desenvolvimento social e à participação democrática de todos os envolvidos nas decisões.

Gohn (2004: 64) situa a governança na discussão sobre a ampliação do que ela chama de esfera pública, sustentando que:

[...] governança local é um conceito híbrido que busca articular elementos do governo local com os de poder local. Ele se refere a um sistema de governo em que a inclusão de novos atores sociais é fundamental, por meio

do envolvimento de um conjunto de organizações públicas (estatais e não-estatais) e organizações privadas. [...] A governança local diz respeito ao universo das parcerias, a gestão compartilhada entre diferentes agentes e atores, tanto da sociedade civil como da sociedade política.

Já, conforme Milani (1999:177 *apud* Comissão sobre a Governança Global, 1995), a noção de governança corresponde “ao conjunto de diferentes processos e métodos através dos quais os indivíduos e as instituições, públicas e privadas gerenciam seus negócios comuns (...) É um processo contínuo de cooperação e de acomodamento entre interesses diversos e conflituais, que inclui as instituições oficiais e os regimes dotados de poderes executivos, assim como os arranjos informais em torno dos quais chegou-se ao acordo, entre as pessoas e as instituições, ou que sejam por elas percebidos como de seu interesse”. Nesse processo um grupo - os controladores - incorporam mecanismos de controle, e de encorajamento, com o objetivo de modificar o comportamento e as orientações dos outros atores – os controlados.

Ainda segundo Milani, o fato de co-existirem, na sociedade contemporânea, múltiplas formas de regimes democráticos, induz a uma pluralidade também das expressões de governança³ onde teríamos, sob tais regimes, em um extremo a representação liberal e, no outro, uma “visão democrática da governança” (Milani, 1999: 179), a qual teria por atributos:

o desenvolvimento das identidades dos cidadãos e dos grupos numa ambiente dado <...>; o desenvolvimento das capacidades de ação política no seio dos grupos sociais, dos movimentos cidadãos e das instituições formais; o desenvolvimento de opções políticas e históricas (principalmente no sentido do controle cidadão e da avaliação social dos acontecimentos); a última etapa seria o desenvolvimento de um sistema político capaz de adaptação permanente aos diferentes fatos sociais e históricos (Milani, 1999: 179 *apud* Wendt, 1994).

Para Hermet (2005: 8-9) ainda que não exista uma definição clara, já é possível identificar um conjunto de atributos comuns às situações apontadas como de governança, que seriam: (1) a governança é posicional. Concebida

- 3 Diferenças essas, no modo de regulação da sociedade, que poderiam ser constatadas através da observação de quatro fatores, a saber: (i) o comprometimento das liberdades individuais e das responsabilidades pessoais no exercício dessas liberdades; (ii) a soberania popular e a igualdade política; (iii) o papel reservado à razão individual e coletiva na gestão dos assuntos da sociedade; (iv) a estabilidade e a eficácia dos procedimentos institucionais e de regulação do poder arbitrário. Op. Cit. Milani (1999: 179/180).

como um modo de gestão de situações complexas, no qual as relações entre os atores são marcadas pela horizontalidade; (2) a “boa governança” visa a abolir a distinção público/privado e a incorporação de princípios de gestão privada à administração pública; (3) a crença na mão invisível do mercado; difusão da idéia que as decisões econômicas devem ser tomadas fora do campo da política e que a função do Estado é de agente regulador; (4) os atores centrais dos dispositivos de governança se selecionam entre si por co-aptação, em função de sua posição adquirida, de sorte que o princípio da representação eletiva, conforme a doutrina da soberania popular, não intervém de modo significativo; (5) a governança corresponde a um processo de decisão sempre revogável e provisório; (6) as decisões são o resultado de negociações, de concessões que as partes interessadas se fazem mutuamente, e não de debates públicos; (7) as normas de gestão são fruto da negociação antes que de leis votadas.

Conforme Hermet, é possível que estejamos “entrando *discretamente* em uma era pós-democrática, que nada nos impede de continuarmos a chamar de democracia e que poderá vir a ser a principal forma de governo legítimo no futuro (Hermet, 2005: 20). Ainda conforme ele, a governança da democracia social teria vindo completar e quase superar a democracia política a partir do momento em que o cidadão estaria se desinteressando do político. E a mídia de “facilitadora do debate e do discurso racional no espaço público, teria via a centralização do discurso público, se tornado *construtora*⁴ da opinião pública” (Dupas, 2003:31).

Todavia, distintamente de Milani, cuja noção de *governança democrática* traz implícita a idéia de processos democráticos de governança, Hermet (2005b) acusa o resgate do termo governança de “[...] na essência, visar abolir a distinção entre o público e o privado (...) reservando ao Estado, ao lado de outras organizações que começam a se formar, o papel de agente de regulação” alertando para que não se confunda “papel” com *autoridade regulatória*. E, vai além, ao identificar associando ao uso do termo situações nas quais “os atores centrais da governança, renegando a velha hierarquia vertical, que garantia privilégios no seio do Estado soberano, se recrutam e se escolhem entre si, principalmente por coaptação, em função das posições adquiridas ou que venham a conquistar graças a seu talento tático, e a sua identidade ideológica com os atores já atuando no campo. De tal modo que mesmo que seja mantida a prática eleições, o princípio de representatividade eletiva conforme a doutrina da soberania popular não intervém mais que de modo residual e marginal”.

4 Grifo do autor.

A discussão sobre governança e democracia exige alguns cuidados. Um deles é que não se trata de uma substituição do Estado. Trata-se de incitar o Estado a ser Estado (Hermet, 2002). Há muitas armadilhas em se pensar que o terceiro setor, a comunidade ou a sociedade civil podem fazer melhor o que o Estado está fazendo mal. Cobrar do governo pela prestação de serviços públicos é tentar estabelecer uma relação clientelista de compra e venda de serviços, o que é uma prática de mercado. O que a cidadania exige é a sua influência nas políticas públicas, algo mais abrangente e menos individualista do que um pedido pessoal – ou coletivo – em benefício próprio.

Gohn (2004:58) argumenta que, na discussão de governança e democracia,

[...] o princípio que orienta a participação passa a ser ético, ligado à idéia dos direitos sociopolíticos dos cidadãos. A participação passa a ser concebida como intervenção social, periódica e planejada, ao longo de todo o circuito de formulação e implementação de uma política pública.

Este cuidado é necessário porque os estados nacionais já estão bastante enfraquecidos (Forjaz, 2000; Kazanczacigil, 2002). Para Kazanczacigil (2002) esse enfraquecimento acelera-se nos anos 1990 com a radicalização do neoliberalismo, materializado no consenso de Washington. Não se trata, igualmente, de fazer política sem políticos, pois essas assunções todas trariam danos institucionais irreparáveis.

Um segundo cuidado é que também não se fala da construção de consensos sem conflitos, mas de colocar em discussão o que se quer decidir. O conflito é legítimo no regime democrático, e sinaliza a presença da diversidade e do respeito mútuo. A governança, desse modo, não pode ser tomada como uma estratégia para evitar dissensos, mas deve ser encarada como um mecanismo através do qual são legitimados e postos em debate os posicionamentos diferentes sobre assuntos de interesses coletivos.

Alguns estudos acadêmicos têm feito levantamentos extensos sobre as diferentes aplicações do termo governança, procurando encontrar, nessa miríade de conceitos e acepções, alguns pontos comuns que estão presentes em todas as definições. Dallabrida (2004) faz um desses estudos e evidencia quatro aspectos que aparecem frequentemente relacionados à governança: (i) legitimidade de um espaço público em construção, onde são travados os encontros entre os atores sociais; (ii) uma repartição do poder entre os que governam e os que são governados; (iii) negociação entre os atores sociais, estabelecendo diferentes formas de redes e seus diferentes mecanismos de regulação; (iv) descentralização da autoridade e das funções ligadas ao ato de governar.

Streit e Klering (2004) fazem levantamento literário que também aponta para quatro características comuns encontradas em quinze diferentes conceituações de governança: (i) existência de estruturas e mecanismos de regu-

lação; (ii) ênfase maior no processo de interação em si, mais do que nos seus próprios resultados; (iii) atuação em redes das organizações e dos atores sociais; (iv) presença de objetivos e guias de ação comuns.

De todas essas revisões, resultaria a idéia aproximada de governança como um mecanismo que busca regular relações entre atores e organizações em torno de questões públicas em que o Estado já não monopoliza as decisões - sem, contudo, eximir-se de participar das discussões a seu respeito, não raro coordenando-as. Trata, portanto, da regulação compartilhada de uma esfera pública (Gohn, 2004), uma arena (De Sardan, 1995) para discussão da organização e da reprodução social.

II. A Proposta do Programa de Governança Solidária Local (PGSL) em Porto Alegre

Uma primeira conclusão ao iniciarmos a análise do PGSL - que se auto-apresenta com "um novo padrão de relação entre Estado e sociedade por meio da implantação de um novo sistema de governança: a *chamada governança solidária local*" (PMPOA, 2005:04) - é que ele passou por um longo processo de construção seguido de um processo, igualmente, longo de divulgação antes de começar a ser implementado. O Programa foi concebido por uma comissão de técnicos da administração pública municipal, sob a coordenação do mesmo consultor externo, que havia coordenado a comissão responsável pela criação do Programa Comunidade Solidária, que definiu os termos da relação Estado-Sociedade Civil, no Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), que é quando o Estado brasileiro ingressou no modelo de "Estado Mínimo" proposto pelo Banco Mundial.

Concluída a etapa de concepção do programa, ele começa a ser apresentado a representantes de secretarias municipais, de empresas privadas, e, em algumas ocasiões, de associações, cooperativas e organizações não governamentais e universidades de modo a diluir resistências e co-optar a opinião pública.

No vasto material publicitário que acompanha a divulgação deste programa sobressaem palavras de ordem, tais como: inovação; "democracia participativa"; "parceria Governo/sociedade", "protagonismo social"; "empreendedorismo"; "capital social", "gestão compartilhada" e "novo sistema de desenvolvimento". Chama, igualmente, a atenção a tentativa de agregar capital simbólico ao Programa, pelas constantes referências a relação de parceria existente entre o PGSL, de um lado, e a UNESCO, de outro.

Entre os principais passos previstos para a implantação deste projeto constam: o lançamento público da proposta; a capacitação dos agentes animadores iniciais das redes; a constituição das Equipes de Articulação; a construção das Redes de Governança Solidária Local; a realização dos Seminários

Visão de Futuro; a confecção dos Diagnósticos dos Ativos e das Necessidades; a elaboração do Plano Participativo; a definição das Metas; a formulação da Agenda de Prioridades; a celebração do Pacto pela Governança Solidária Local. Previsto para ser implantado simultaneamente, em 17 regiões da cidade de Porto Alegre, o primeiro passo dado, uma vez concluída a etapa de divulgação foi a realização da Agenda de Prioridades de cada uma dessas regiões. Participe desse processo representantes das comunidades, sob a coordenação de técnicos indicados pela PMPOA.

No documento através do qual o PGSL é apresentado à sociedade consta uma espécie de glossário, no qual se lê que a referência à *governança* “é porque baseado na parceria entre governo e sociedade, que estimula a participação social, o protagonismo e o empreendedorismo dos cidadãos e a sua corresponsabilidade na gestão das ações públicas <...> à *solidariedade* porquanto baseada na cooperação e na ajuda mútua entre as instituições governamentais – de nível municipal, estadual e federal – e não governamentais e as pessoas que voluntariamente se disponham a participar da iniciativa, em prol do atingimento de objetivos comuns da localidade <...> e, o qualificativo de *local* associado à imagem das redes, “conquanto intersetoriais e multidisciplinares, têm como base a territorialidade constituída por regiões, bairros e vilas” (PMPOA, 2005:04).

Não cabe, aqui, detalhar passo a passo as estratégias de implantação do PGSL, todavia foi possível observar a importância atribuída nos documentos oficiais à questão da participação, assim como à criação de indicadores para o monitoramento do processo. Chama a atenção, ainda, a correlação entre participação, desenvolvimento do capital social e a eficácia de processos de governança, conforme consta no documento “Programa de Governança Solidária Local: Documento de Referência”.

Cabe lembrar que Borges (2003), ao investigar documentos extra-oficiais do Banco Mundial na década de 1990, quando o Banco resgata a idéia de governança aponta que a motivação subjacente à valorização da transparência e da participação na governança do desenvolvimento apóia-se na crença que tais procedimentos operariam como instâncias de controle dos governos das frágeis e incipientes democracias “do Sul”, os quais, ainda hoje, são não raro avaliados como incapazes, seja pela ausência de um aparato administrativo consolidado, seja por características intrínsecas da cultura política local, de promoverem políticas públicas eficazes (Arturi e Ribeiro, 2002). O que significa dizer que tanto a participação, como a transparência assumiriam, sob a o discurso liberal, um sentido meramente instrumental. Isto é, seriam representativas antes do que da intenção de se contribuir para a construção de sistemas políticos democráticos, do desejo de assegurar a eficácia das reformas e dos ajustes propostos pelo ideário neoliberal.

III. Breve Caracterização da Região do Arquipélago

Habitado inicialmente por índios Guaranis, e numa segunda fase por ca-sais de açorianos que migraram para o sul do Brasil no início do século XIX o território do Arquipélago, que já abrigou um Quilombo, é formado por cerca de 30 ilhas, das quais 4 mais urbanizadas, ainda que de modo muito precário. São elas: Pavão, Pintada, Flores e Grande dos Marinheiros. Foram elas que nos ser- viram de território para a observação empírica do PGSL.

Utilizado, entre as décadas de 1950 e 1970, como aterro para o lixo domici- liar a área a área é habitada por famílias, que vivem em situação, particular- mente precárias. Segundo dados do Observatório POA, a população do Arquipé- lago apresentou uma variação de 2.634 pessoas (1996) para 5061 (2000), o que corresponde a um crescimento de 92,14, em 5 anos. Considerando-se que a taxa de crescimento real da população, no mesmo período foi de 4,4% verifica- se que a região, é um centro de acolhimento, por excelência de populações em situação de migração. Da população total, 52% são mulheres; cerca de 22% cri- anças de zero à 6 anos e, aproximadamente 50% da população total são crian- ças e jovens; 31% das famílias têm renda média de até dois salários mínimos; 5% dos homens responsáveis por domicílios, são analfabetos, enquanto outros 5,7% têm, no máximo, um ano de escolaridade (Observatório, 2007).

Estudos conduzidos no local, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), indicam , ainda, a carência de serviços básicos de infra-estrutura (água; luz; esgoto; creches, escolas, posto de saúde..) e alta vulnerabilidade social. A maioria das residências estão em situação fundiária irregular, e existe, nas 4 ilhas, apenas uma rua pavimentada na Ilha da Pintada. O estudo explora- tório do terreno revelou, ainda, forte presença religiosa: católica e umbanda; relação estigmatizada entre as pessoas que habitam as diferentes ilhas; rela- ção histórica com o trabalho de coleta e separação do lixo (aterros e recicla- gem); a importância das festas populares, como carnaval, presença de grupos de música, formado por jovens, e de escolas de samba, no local. Identificou-se, igualmente a presença de uma rede com a participação de diferentes segmen- tos da sociedade local: a "Rede de Atenção a Criança e ao Adolescente", a qual - apesar do nome - é utilizada para a discussão dos mais diferentes tipos de questões de interesse comunitário.

Existem 5 escolas na região, 4 estaduais e uma municipal; duas unidades básicas de saúde, insuficientes para atender às demanda da população; há um módulo da Fundação de Assistência Social Comunitária (FASC); um Centro Ad- ministrativo Regional, que representa a Prefeitura nas Ilhas e uma unidade do Conselho Tutelar. A presença de diferentes instituições religiosas é forte e reli- giosos de diferentes correntes da igreja (católicos jesuítas, maristas e lassalis-

tas, evangélicos luteranos) transitam no território, no qual existem ainda 12 terreiros de umbanda.

Conforme entrevista realizada com agentes do Centro de Aperfeiçoamento Profissional (CAMP) uma das ONGs “conveniadas” com a PMPOA, para acompanhar localmente o PGSL, existem nas ilhas 33 grupos ou organizações sociais. As principais atividades econômicas locais são, a triagem de resíduos sólidos; a pesca, e uma incipiente atividade turística e a presença de pequenos “estaleiros”, para o conserto de barcos. A atividade turística, hoje, está reduzida a parada de barcos de passeios que transitam pela orla do lago Guaíba. Cinco barcos fazem o roteiro. Como atrações locais existe, ainda, o “Almoço na Colônia”, promovido pelo barco Seival (de um morador da Ilha da Pintada), e o centro de artesanato de escamas. Entretanto, nunca o encontramos aberto. Com vistas a tornar o turismo local, uma atividade mais atrativa, representantes comunitários expressam o desejo de regularização do turismo, assim como de poderem centralizar a emissão de ingressos, de embarque e desembarque nas ilhas, de dispor de melhores barcos, e qualificar barqueiros, e de melhorar as condições do almoço oferecido na Colônia Z-5. Intenção de um projeto com a navegação destinado para jovens das ilhas. Quanto ao pescado, é vendido internamente nas ilhas, a cadeia é diretamente do pescador para o consumidor, mas não são grandes quantidades. Principais problemas apontados pelos pescadores: Falta de peixe; poluição industrial; enchentes; falta de fiscalização; areeiras com sucção; pesca esportiva com rede; malha predatória; baixo preço do pescado; roubo do material de pesca (rede); limitação dos equipamentos (barcos); presença de algas; carteiras ilegais. Registra-se também a redução da pesca artesanal dada a redução do pescado, após o desastre ecológico, no Rio dos Sinos, agravado pela ação das areeiras (empresas que colhem areia para a construção civil no local, assim como pela construção de barragem, o que praticamente extinguiu o pintado, que era um dos principais da região.

No período do “defeso” (entre novembro até janeiro, quando não é permitida a pesca pois é época de reprodução de peixes) agravam-se as condições de vida das famílias que vivem no local. A PMPOA, através do DMLU tenta negociar com os carroceiros e carrinheiros, que habitam o Arquipélago, a instalação de usina de triagem no outro lado do Guaíba (lado da cidade), para diminuir o trânsito de carroças sobre a ponte do Guaíba. A intenção é incorporar 300 carroceiros e carrinheiros, para tal observa-se a tentativa de aproximação da CO-OPAL e da Associação dos Carroceiros. Entretanto observa-se, igualmente, forte resistência do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.

Como se pode observar, se trata de uma grande comunidade administrativamente fracionada em 4 micro-zonas. O fato dos serviços médicos, educacionais, de assistência e outros estarem espalhados, um pouco em cada uma das ilhas faz, todavia, com que os habitantes locais transitem de uma ilha para

outro. O local deixa, assim de ser um local geográfico para assumir o sentido de rede de relações.

IV. Avançando Conclusões Preliminares

Um primeiro desafio que enfrentamos na pesquisa nas ilhas, foi constatar que informações aparentemente simples de serem obtidas, como o número de associações atuando no território, teriam de ser “garimpadas”, a partir da soma de fragmentos, o que nos alertou também para análise do significado dos aparentes “esquecimentos” das pessoas que entrevistamos. Um segundo desafio foi constatar a impossibilidade de nos atermos a análise do PGSL, em uma das ilhas, na medida em que as relações sociais, as histórias de vida, e o fato dos escassos serviços sociais existentes, estarem distribuídos entre duas das 4 ilhas, obrigava os moradores à deslocamentos. Ou seja, nos levou à compreensão que a divisão administrativa do espaço era destituída de significado, para nosso estudo, e mais que 3, das 4 ilhas (Marinheiros, Pintada e Flores) formam um único território. Donde construímos uma definição de território, entendido como uma rede de relações sociais.

Por outro lado foi possível perceber, que a ilha do Pavão – uma das quatro ilhas da região onde se observou a dinâmica do PGSL – funcionava como uma espécie de “espaço de passagem”, para onde se dirigem os indivíduos e famílias em processo de migração para Porto Alegre, e que de um modo geral, não possuem laços prévios na cidade. É de todas aquela onde se registram as condições mais precárias e sub-humanas. O estado de esgarçamento do tecido social desta ilha, o que implicava em por em risco a integridade pessoal dos membros da equipe conduzindo à decisão consensual de não incluí-la em nossa pesquisa.

Pode-se, igualmente, observar que existia uma hierarquia no fato de viver em uma ou outra ilha. Na base, no ponto mais baixo da pirâmide, a Ilha do Pavão, seguida pela ilha das Flores, a primeira posição sendo disputada, entre Ilha Grande dos Marinheiros e Pintada, na medida em que com a emancipação do Município de Eldorado do Sul, perdeu parte de sua área original.

Uma terceira constatação foi que a presença do PGSL se fazia através das organizações “conveniadas”. Ou seja, a atuação não se dava de modo direto, mas através de um processo, o qual em se tratando de empresas privadas, seria denominado de “terceirização”. Com o que se evidenciava a visão do Estado Mínimo, subjacente à ação do governo municipal. O Estado na posição de facilitador, de articulador político, estimulando as parcerias com empresas, e contratando organizações não governamentais, para atuarem diretamente no terreno.

Constatada também, como já referido, a impossibilidade de trabalharmos com a noção física de território, o que significava que deveríamos trabalhar, pelo menos com as três ilhas mas persistindo a necessidade de delimitar o campo, ou

“palco” para observação do PGSL decidimos iniciar pelo estudo de uma das redes “territoriais”. A escolha recaiu sobre a rede de Apoio à Criança e ao Adolescente, por ser considerada, pelas lideranças locais a rede mais significativa atuando no território; por contar com a participação de representantes dos diferentes grupos e lideranças comunitárias; de Organizações Sociais laicas e religiosas, bem como de ONGs representando o PGSL. Por outro lado, apesar da denominação de “rede de apoio à criança e ao adolescente”, conforme havíamos sido informados, e pudemos constatar, ela é um espelho da comunidade. Nela, são debatidas as demandas gerais da comunidade, a criança e o adolescente, na realidade, o tema aglutinador. Trata-se de uma antiga, com mais de 16 anos, que surgiu da necessidade da comunidade ter um fórum para debater as demandas locais. Como afirma uma líder comunitária, “apenas 1/3 da nossa pauta é voltado para a questão da criança e do adolescente”.

Por participarem da rede vários agentes que atuam no arquipélago, se torna difícil descrever todos os seus participantes. Há um número incontável de agentes que atuam ou atuaram no território, sendo que muitos o fazem de forma esporádica e desarticulada. Muitos agentes realizam ações pontuais sem continuidade, de modo que nem os participantes mais ativos da rede sabem realmente quem são todos os agentes em atuação no arquipélago. Segundo a fala de uma participante, as comunidades pobres das ilhas sempre conviveram em um cotidiano de falta de acesso aos direitos básicos. A rede é “composta por sujeitos que não têm acesso a seus direitos e que precisam ser escutados e valorizados para que produzam e construam alternativas coletivas para suas dificuldades”.

Através da observação das reuniões da Rede da Criança e do Adolescente constatou-se que membros desta rede e, principalmente algumas lideranças comunitárias mais atuantes, estavam disputando entre si, a proximidade com os agentes da municipalidade, que agem localmente em nome do PGSL. Os membros desta rede, conforme relatos de habitantes locais estariam sendo pressionados, pela Secretaria Municipal de Governança Solidária Local, a debaterem exclusivamente questões associadas à questão da criança e do adolescente, deixando de debater os problemas gerais da comunidade, como vinha ocorrendo na gestão do prefeito anterior. Conforme o depoimento da uma das participantes: “a gestão anterior foi quem trouxe toda essa questão da descentralização, agora parece que a coisa inverteu”. Ainda segundo o relato desta entrevistada antes da introdução do PGSL os participantes da Rede eram estimulados a utilizarem o espaço para o debate do conjunto de assuntos de interesse da comunidade, situação esta que teria se alterado, radicalmente.

“Houve uma mudança, querendo ou não, houve uma mudança, e a comunidade acaba pagando por isso”. Os agentes da prefeitura, segundo essa depoente “dizem o que fazer, e nós temos que fazer”. Segundo essa liderança,

“o problema deste governo é que eles têm a tendência de querer tocar o povo que nem boi, vamos pra cá, vamos pra lá. Tem que ser como eles querem”. Um primeiro aspecto que chama a atenção, quando se analisa a fala desta entrevistada é a divisão da dinâmica da rede, em dois momentos distintos: na gestão anterior da Prefeitura de Porto Alegre, na qual o poder esteve com o Partido dos Trabalhadores que se manteve no governo por quatro mandatos consecutivos, de 4 anos e, na gestão atual, a primeira do Partido Popular Socialista (PPS) de tendência neo-liberal no governo da Cidade de Porto Alegre.

Ou seja, ela divide a história da rede, e o tipo de relações entre seus membros, em um primeiro momento, que corresponde ao período do poder deposto, no qual as relações sociais teriam se baseado em valores como a solidariedade, a reciprocidade e a autogestão subjacentes ao projeto político da Economia Solidária e, no momento atual, que corresponde à implantação do PGSL, no qual a referência à Economia Solidária, é substituída pela referência à expressão “Economia Social”. A diferença fundamental, entre esses dois momentos, seria a substituição da idéia de desenvolvimento, pela via da valorização do trabalho autogerido e da solidariedade, por um projeto político que associa “desenvolvimento”, à idéia de inserção no mercado, fundamentado na competição e no individualismo.

As duas lógicas, em disputa no interior da rede impondo, cada uma delas sua visão de mundo: as lideranças comunitárias identificadas com o ideário da economia solidária buscando legitimar a visão de uma rede como um espaço público de debate democrático nos moldes do discurso da economia solidária, enquanto representantes das sub-secretarias, buscavam legitimar o que eufemisticamente, denominavam de “Rede de Governança Solidária Local”. A rede servindo, assim, como arena para a disputa de poder. Os agentes se utilizando de seus respectivos capitais, para imporem suas respectivas visões de mundo.

Por outro lado, conforme foi também possível constatar através das entrevistas e da participação nas reuniões da rede Criança e Adolescente, que mesmo as relações entre os agentes que defendem a lógica da economia solidária são intercaladas por momentos de solidariedade e de disputa e de conflito, em função da disputa de interesses, entre suas respectivas organizações e grupos. Pois, como relata uma liderança local: “São várias as questões aqui: a questão do carroceiro, das licitações dos trabalhadores da COOPAL, a questão dos galpões, que está ligada diretamente ao lixo, a questão dos pescadores”. Há, portanto, uma multiplicidade de interesses e objetivos em disputa e que não raro entram em conflito. Conflitos esses que os representantes do governo, por seu papel de mediadores entre o povo, e o Estado, não raro manipulam. Verifica-se, assim, a existência de um jogo de interesses no interior da rede, em que as lideranças independentemente do projeto político que as move, agem de modo “instrumental” desconsiderando inclusive compromissos previamente assumidos. Ou seja,

quando há interesse em agir solidariamente, se age, mas quando é vantajoso agir individualmente se vai por esse caminho.

Outro fato gerador de conflito, no interior da rede, é a questão da centralização e da perpetuação das lideranças no poder das entidades e da própria rede. Fato observado nas reuniões da rede, que também representa uma preocupação de determinadas lideranças, como mostra o relato: "Hoje existe, na comunidade, a busca das lideranças para garantir seus espaços". Ou como o relato de outro entrevistado: "Essa é a preocupação maior, e não só da nossa comunidade, é uma preocupação da maioria das comunidades e nos próprios movimentos sociais. Tem que ter mais envolvimento, principalmente do jovem". Tanto nas entrevistas quanto na observação das reuniões, foi possível constatar essa característica nas lideranças comunitárias presentes. Há, por parte destas, a tendência de se perpetuarem no poder e de se legitimarem cada vez mais no campo. Há pouco espaço para a participação de novas lideranças e até da própria comunidade. Os líderes centralizam em si as demandas da comunidade. Como relata um entrevistado, "algumas lideranças, que presidem entidades antigas, que não se abrem, têm a preocupação de perder espaço". Não só as lideranças comunitárias não abririam espaço para a renovação como buscariam ampliar cada vez mais o seu espaço, apesar do discurso recorrente sobre a necessidade de novas lideranças. Há uma grande concentração de poder nas mãos dos líderes comunitários, impedindo a participação direta da comunidade e o surgimento de novos líderes. Fato esse que foi possível observar também entre as lideranças ligadas à economia solidária. Por outro lado, a existência, entre os agentes participantes da rede, de interesses diversos e também de quantidades desiguais de capitais gera um ambiente potencialmente conflituoso. Pode-se observar, nas falas dos agentes, que a história da rede está permeada de situações de disputa. "Existiam inúmeros conflitos, das lideranças não se suportarem, completamente fragmentadas, alguns anos atrás, lideranças da Ilha da Pintada não podiam vir para cá"

Como conclusão preliminar, que se pode avançar - e problematizando a visão poética das redes oferecidas por Martinho e Mance, segundo os quais, as relações entre os atores que delas participam seriam baseadas na solidariedade e na isonomia - é, que, apesar do emprego de adjetivos, tais como democracia, participação, desenvolvimento, o PGSI não está conseguindo assegurar a participação da base, dos invalidados socialmente, no processo que deseja emancipador. E, em certo sentido, é como se novamente retornássemos à constatação de estudos anteriores, há um longo caminho a percorrer, quando se trata de construir a cidadania dos brasileiros em situação de vulnerabilidade social.

V. Considerações Finais

A conclusão que se chega é que o Programa Governança Solidária Local, em implantação em zonas econômica e socialmente mais desfavorecidas da cidade de Porto Alegre, é um projeto no qual o Governo assume o papel de “promoter” do desenvolvimento. Ou seja, o Governo como o ator que coordena o processo de identificação de potenciais da comunidade, que disponibiliza sua rede de contatos e coloca em interação, para a constituição de “parcerias”, representantes da sociedade civil; do setor privado e de agências de financiamento. O trabalho de motivação política da comunidade para a proposta do governo e de acompanhamento das reuniões locais é entregue a Organizações Não Governamentais, com as quais é feito convênio. Já a supervisão da coordenação ficaria a cargo do próprio governo municipal. O que se pode observar, é que neste processo de divisão do trabalho, a participação da comunidade é uma participação *atrelada*. Isto é, uma participação que é convocada uma vez o Estado tendo definido o que deve ser feito; quem deve fazer o que e etc.

Quanto à solução para a situação de pobreza - conforme a realidade da população local - ela seria encontrada através a decorrência da inexistência de uma “adequado” sistema de governança. A partir do que a responsabilidade do Estado seria a de conceber e apoiar a formação da rede de apoio à comunidade e de implementação desse programa. As soluções, conforme esta concepção, estariam no local. Ou seja, próximo dos pobres, os quais deveriam ser apoiados; “capacitados”; ter seu “capital social desenvolvido” para poderem conduzir seu próprio processo de desenvolvimento. Ao Estado caberia, de um lado, “qualificar” esse processo e, de outro, auxiliar a formação de rede de apoio (com a participação de empresas privadas, de organizações sociais, de voluntários). Ou seja, desenvolver as competências dos pobres, e dotá-los de instrumentos de gestão, e apoiar, o desenvolvimento deste processo coordenar esse processo oferecer

Ainda que a idéia, em si, das comunidades, e dos pobres serem os principais responsáveis por seu próprio desenvolvimento, seja muito interessante, o problema é que a pobreza não é apenas uma questão de insuficiência de renda, a extrema carência modela a subjetividade, “desqualifica” (Paugam, 1996) estigmatiza produzindo o que Goffman (1982) denomina de *identidade deteriorada*. Situação essa que se agrava em sociedades como a brasileira, que é atravessada por um *ethos transclassista* (Souza, 2006) que naturaliza as desigualdades, o que induz o pobre a se culpabilizar por sua condição de miséria.

para aqueles que portam no corpo o signo visível de suas desvantagens sociais, a cidade, é um espelho que auto-reflete sua condição marginal, pois ao estarem circulando fora dos seus espaços de origem, são identificados,

não mais como cidadãos, mas como objetos que precisam ser observados e controlados (Cassab, 2002 *apud* Souza e Passarelli, 2006: 121).

Conforme Queiroz (1996: 295), a forma mais perversa de exclusão na sociedade contemporânea decorre da dificuldade, de acesso ao mercado de trabalho. "Seria contrário aos fatos sustentar que não existe um vínculo constante entre esta exclusão e a construção de uma *identidade negativa*"⁵. "Os pobres, na maioria dos casos, não tem direito a reclamar, o que o torna o objeto da atividade do grupo, e distante de tudo, o que o faz viver como um *corpus vile* ao sabor da vontade do todo" (Simmel, 1998).

Para Souza (2006), o enfrentamento das situações de pobreza em países de economia periférica, no qual parte da população vive em situação de "subcidadania" – dado que o direito a ter direitos não é reconhecido - exige, primeiramente, o desnudamento do processo de *naturalização* das desigualdades, que *modela a percepção de direitos*, interfere na auto-estima e nas possibilidades de expressão (Souza, 2006).

O PGSL seria, assim, um programa de Gestão da Cidade, que aposta na forma organizacional rede como a estrutura ideal para a gestão das relações Estado Sociedade, dentro uma visão de Estado Mínimo, apoiado em uma representação simplificada de pobreza. Portanto, não estaria contribuindo para a construção de uma *esfera pública* para a construção compartilhada de soluções.

Essa não é, todavia a interpretação de seu idealizador, o Deputado Busatto⁶. Defendendo-se da crítica, no sentido que o Governança Solidária corresponderia a um modo sofisticado de re-introduzir na prática de governo a concepção de "Estado Mínimo", de base neoliberal, ele redargue:

a concepção de Governança Solidária se inscreve no âmbito da democratização do poder Local, com o objetivo de promover o empoderamento das comunidades e redes sociais locais e desenvolver novas arquiteturas públicas de co-gestão entre sociedade e governo, para atender aos desafios da inclusão social e da sustentabilidade.

Em uma crítica velada ao Orçamento Participativo (OP) o deputado Busatto insinua que sua proposta de Gestão Cidade (PGSL) iria além da "democratização dos recursos públicos do orçamento, na direção de um processo de governo local, compartilhado com a comunidade local, que passa a assumir

5 Grifo dos autores.

6 A Secretária Municipal de Coordenação Política e Governança Local, foi criada em 2005.

protagonismo quanto aos rumos e destino do desenvolvimento da sociedade local” (Busatto, 2005: 01).

Todavia, a pesquisa continua, e quem sabe na análise da dinâmica de novas redes, atuando no Arquipélago, novos horizontes venham a se delinear.

Referências bibliográficas

- ARTURI, C. e OLIVEIRA, R. (2002) “Introdução”. In: MILANI, C., ARTURI, C. e SOLÍNIS, G. **Democracia e governança mundial: que regulações para o século XXI?** Porto Alegre: ed Universidade/UFRGS/UNESCO, p.11-29.
- BANDEIRA, P.S. (2000) “Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional”. In: BECKER, D. e BANDEIRA, P. (orgs.). **Desenvolvimento local-regional: determinantes e desafios contemporâneos**, V.1. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p.23-128.
- BORGES, A. (2003) “Governança e Política Educacional: a Agenda recente do banco Mundial”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 18, N. 52. P. 125-138.
- BUSATTO, C. (2005). **Todos pela Governança Solidária Local**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local.
- CASSAB, M. (2002) Les jeunes pauvres et la ville: une realtion dangereuse. In: AMORIM, M. **Images et discours sur la banlieue**. Paris. Érès.
- CORONADO, K. P. A (2002) “Governabilidade” na recomposição das relações de atores políticos, grupos intermediários, ONGs e agentes econômicos no México. In: MILANI, C., ARTURI, C. e SOLÍNIS, G. **Democracia e governança mundial: que regulações para o século XXI?** Porto Alegre: ed Universidade/UFRGS/UNESCO, P. 93-120.
- DAGNINO, E. (1994) “Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania”. In: DAGNINO, Evelina (org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, p.103-115.
- _____ (2004a) “Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa”. In: **Política e sociedade**. N.5, outubro, p.139-164.
- _____ (2004b) “Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?” In: MATO, Daniel e GARCIA, Illia (orgs.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: Universidad Central de Venezuela, p. 95-110.
- DALLABRIDA, V.R. (2004) “Governança territorial e políticas públicas: para a institucionalização de uma prática de concertação público-privada”. In: BÜTTENBENDER, P.L., RIGHI, L. (orgs.) Políticas públicas e saúde. Ijuí, editora UNIJUÍ, **Cadernos Unijuí**, série Gestão Pública, 3, p.10-25.
- DE SARDAN, J. P. O (1995) **Antropologie et development: essai en socio-anthropologie du chagement social**. Paris: Karthala.
- DUPAS, G. (2003). **Tensões contemporâneas entre o Público e o Privado**. São Paulo: Paz e Terra.

- FLEURY, A. e FLEURY, M.T. (2000) **Estratégias empresariais e formação de competências: um quebra-cabeça caleidoscópico da indústria brasileira**. São Paulo: Atlas.
- FORJAZ, M.C.S. (2000) "Globalização e crise do Estado nacional". In: **Revista de Administração de Empresas**, V. 40, N.2, p. 38-50, abril/junho.
- GOFFMAN, E. (1982) **A Representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis. Vozes.
- GOHN, M. G. (2004) "Os conselhos municipais e a gestão urbana". In: SANTOS JR., O. AL., RIBEIRO, L.C.Q., AZEVEDO, S. (orgs.). **Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil**. Rio de Janeiro, p.57-93.
- HERMET, G. (2002) "A democratização dos países emergentes e as relações entre o Estado, as OIGs e as ONGs". In: MILANI, C., ARTURI, C. e SOLÍNIS, G. **Democracia e governança mundial: que regulações para o século XXI?** Porto Alegre: ed Universidade/UFRGS/UNESCO, p.33-46.
- _____ (2005) "La gouvernance serait-elle le nom de l'après-democratie ? L'inlassable quête du pluralisme limité". In: HERMET, Guy; KAZANCIGIL, Ali; PRUD' HOMME, Jean-François (Orgs.). **La Gouvernance: un concept et ses applications**. Paris: Karthala. p. 17-47.
- KAZANCIGIL, A. (2002) "A regulação social e a governança democrática da mundialização". In: MILANI, C., ARTURI, C. e SOLÍNIS, G. **Democracia e governança mundial: que regulações para o século XXI?** Porto Alegre: ed. Universidade/ UFRGS/ UNESCO, p.47-62.
- MILANI, C.; SOLÍNIS, G. (2002) "Pensar a democracia na governança mundial: algumas pistas para o futuro". In: MILANI, C.; ARTURI, C. e SOLÍNIS, G. **Democracia e governança mundial: que regulações para o século XXI?** Porto Alegre: ed Universidade/ UFRGS/ UNESCO, p.266-291.
- MILANI, C. (1999) "La Globalisation des Organisations Internationales et le Débat sur la Gouvernance". In: Beaud, M.; Dollfus et alli (Orgs.) **Mondialisation: les mots et les choses**. Paris: Karthala, p. 169-185.
- PAUGAM, S. (1996) **L'exclusion l'état de savoirs**. Paris: Éditions la découverte.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE (2005) **Governança Solidária Local: Porto Alegre, Cidade Rede**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local.
- QUEIROZ, J.M. (1996) "Exclusion, identité et désaffection". In: PAUGAM, S. (Org.) **L'exclusion l'état des savoirs**. Paris. Éditions la Découverte, p. 295-310.
- SIMMEL, G. (1998) **Lês Pauvres**. Paris: Payot.
- SOUZA, J. (2006) "A Gramática Social da Desigualdade Brasileira". In: SOUZA, J. (Org.) **A Invisibilidade da Desigualdade Brasileira**. Belo Horizonte: UFMG, p. 23-53.
- STREIT, R.E.; KLERING, L.R. (2004) "Governança pública sob a perspectiva de sistemas complexos". In: Encontro Nacional de estudos em gestão pública e governança. Salvador. **[Anais...]**. Curitiba, ANPAD.